

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 329 - Brasília, sexta-feira, 11 de outubro de 1996

Presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (foto) acolheu projeto de decreto legislativo aprovando o Acordo de Transporte Internacional de Passageiros e Cargas celebrado com a Venezuela em 1995. A proposta agora será examinada pelo plenário. *Página 8*



PT condena reeleição e Mauro defende mudança sem traumas

Em dia de debate sobre o tema, Simon alerta para risco de desgaste do Presidente e Tebet diz que recondução do chefe do Executivo deveria fazer parte de reformas políticas amplas

Lição das urnas é analisada

O eleitorado revelou amadurecimento ao recusar disputas ideológicas, reconheceu ontem o senador Jefferson

Peres, ao fazer um balanço dos resultados das eleições de 3 de outubro. A escolha de novos prefeitos e vereadores foi também tema de pronunciamentos dos seguintes senadores: Freitas Neto, Romero Jucá, Júlio Campos, Emília Fernandes e Ademir Andrade. *Páginas 5 e 6*

A proposta de reeleição do presidente da República foi o principal tema ontem no plenário. O senador Mauro Miranda afirmou que a reeleição deve ocorrer sem acodamento e sem traumas que paralisem o País e inviabilizem as reformas em andamento no Congresso. Já o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), leu no plenário uma nota em que a bancada federal do partido denuncia o "golpe da reeleição" e con-

clama a sociedade a se mobilizar "em defesa das liberdades conquistadas". Ramez Tebet também afirmou que a reeleição deveria fazer parte de um amplo contexto de reformas políticas. Pedro Simon teme desgaste para o Presidente caso ele decida deixar tudo de lado para se dedicar à reeleição. Eduardo Suplicy estranhou o empenho do Presidente pela reeleição quando o País enfrenta tantos problemas graves. *Página 3*

Hollanda apóia medidas contra exploração do trabalho infantil

Página 7

Odacir elogia programas sociais do governo

Página 8

Simon já propõe rever Constituição

Ao votar nas eleições de 3 de outubro de 1998, o brasileiro pode ser solicitado a dizer também se deseja uma revisão constitucional. A proposta, na forma de emenda constitucional, foi apresentada ontem pelo senador Pedro Simon. A iniciativa prevê também uma ampla reforma partidária, dispondo que perderá o mandato o parlamentar que trocar de partido. *Página 4*

Orçamento terá parecer final pronto em dezembro

Emendas ao parecer preliminar podem ser apresentadas de hoje até o dia 15. Já as emendas coletivas e individuais deverão ser encaminhadas de 18 de outubro a 1º de novembro

Marina teme fuga de Darli, que mandou matar Chico Mendes

Se Darli Alves da Silva, um dos mandantes do assassinato de Chico Mendes, for transferido da Penitenciária de Brasília para a Colônia Penal de Rio Branco poderá fugir novamente, porque o presídio do Acre não tem nem mesmo cercas de proteção ao seu redor. A advertência foi feita ontem em plenário pela senadora Marina Silva (PT-AC), ao comentar a decisão da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre de acolher pedido dos advogados de Darli para que ele seja levado de Brasília para Rio Branco.

- Temo que possa estar havendo uma articulação, cujo objetivo seria permitir a nova fuga de Darli, o que evitaria que ele entregasse outros envolvidos no assassinato de Chico Mendes - afirmou.

Marina sustentou sua obje-



Marina Silva

ção à transferência em carta do presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Jersey Pacheco Nunes, ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, Hélio Bicudo. O desembargador afirma que, no caso de Darli, não há em Rio Branco "a menor possibilidade de se oferecerem as garantias exigidas para o cumprimento da pena imposta".

A tramitação do projeto de Orçamento Geral da União para 1997, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deverá ser encerrada no dia 9 de dezembro, informou ontem o deputado José Sarney Filho, presidente da comissão. Ele comunicou também a apresentação do parecer preliminar do relator-geral da proposta, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), e a alteração do cronograma dos trabalhos internos.

A partir de hoje e até o dia 15 (terça-feira), os parlamentares poderão apresentar emendas ao parecer preliminar, que deverá ser votado pela comissão no dia 17 (quinta-feira). O prazo para o encaminhamento de emendas coletivas e individuais será de 18 de outubro até 1º de novembro.

- Não vamos aceitar prorrogação de prazo na apresentação de emendas - frisou Sarney Filho.

Os pareceres setoriais deverão ficar prontos no dia 21 de novembro, e o parecer final será apresentado, discutido e



Carlos Bezerra

votado em 4 de dezembro. No dia 9 do mesmo mês, após sistematizado, o parecer final será encaminhado à Mesa do Congresso.

O presidente da CMO comentou, ainda, que a iniciativa de realizar audiências públicas em diversas capitais resultou em proveitoso material que servirá de subsídios aos relatores regionais.

A comissão aprovou na reunião de ontem a redação final do projeto de decreto legislativo que aprovou as contas do presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1994.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (15.10.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Ofício nº S/81/96, que encaminha pedido da prefeitura de São Paulo para retificar a contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao programa de urbanização e verticalização de favelas - Prover/Cingapura, autorizada por meio da Resolução do Senado nº 52/96; *Ofício S/89/96, que encaminha pedido do governo do estado de Santa Catarina relativo à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do estado - LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais; bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas; e *Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 63/95, que institui duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os grandes vultos que honram o Senado.

COMISSÕES

Quarta-feira (16.10.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que revoga o limite de 12% ao ano para os juros; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 09/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da perícia oficial; *PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; *PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; e *PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

16h30 - CPI sobre o Trabalho Infantil

Pauta: Avaliação do trabalho já realizado e exame de matérias publicadas na imprensa nacional.

Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Reeleição gera advertência e críticas

A bancada federal do PT condena de forma enérgica o que chama de "golpe da reeleição" e conclama a sociedade a defender "as liberdades conquistadas". Esta posição foi definida em nota lida ontem em plenário pelo líder do partido no Senado, José Eduardo Dutra. O também petista Eduardo Suplicy estranha o empenho do

presidente da República em disputar um novo mandato, quando o País enfrenta tantos problemas graves. Já o senador Mauro Miranda entende que "há temas tão ou mais prioritários. A reeleição deve ocorrer sem açodamentos e sem traumas políticos que paralisem as reformas em andamento no Congresso".

Mauro diz que mudança deve ocorrer sem traumas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem "que a reeleição deve ocorrer naturalmente, sem açodamentos e sem traumas políticos que paralisem o País e inviabilizem as reformas em andamento no Congresso". O senador disse que, para reivindicar o direito de tentar obter mais quatro anos de mandato, a primeira obrigação do presidente da República "é impedir que os compromissos da última campanha sejam relegados a segundo plano por uma prioridade obsessiva em torno da reeleição".

- O que me preocupa é dissociar a reeleição das demais reformas políticas que, a meu ver, devem acompanhá-la. A reeleição não pode ser tratada como uma grande panacéia, deixando-se de lado questões tão ou mais prioritá-

rias como a reforma eleitoral e partidária, instituição do voto distrital misto, adoção da fidelidade partidária e criação de fundos partidários para o provimento das campanhas políticas. Por que não implementar esses instrumentos de uma vez? - indagou Mauro.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou Mauro Miranda, afirmando que a reeleição deveria fazer parte de um amplo contexto de reformas políticas. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, se o Presidente deixar tudo de lado para brigar pela sua reeleição, pode se desgastar e até perder a eventual eleição. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que "algumas manobras políticas" que começam a surgir poderão prejudicar ações do governo.



Mauro Miranda

Suplicy estranha tanto empenho do governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem estranhar que o presidente da República e seus ministros empenhem tanta energia na

proposta de emenda constitucional que permite a reeleição, "quando são tão graves os problemas sociais enfrentados pelo País". Por isso, ele enviou ao presidente Fernando Henrique Cardoso um trecho do livro *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, no qual este afirma que os riscos da reeleição "se estendem indefinidamente e comprometem a própria existência do País".

- Considero este trecho extremamente ilustrativo dos riscos a que estamos submetidos diante do empenho do Presidente, ministros e polí-

ticos de sua base parlamentar em tentar a todo custo modificar a Constituição federal para obter a reeleição - acentuou Suplicy. Depois de ler o

texto enviado ao Presidente, o senador mencionou o trabalho infantil como um dos problemas prementes que, em sua opinião, está sendo ofuscado pelo empenho governamental na reeleição.

Ele informou ter participado de reunião do II Encontro de Meninos e Meninas Trabalhadores Rurais, que se realiza em Brasília com a presença de mais de 200 crianças precocemente exploradas no trabalho braçal. "Essas crianças acordam às 6h e trabalham até as 17h, para dirigirem-se à escola às 19h, onde apresentam rendimento inexpressivo."



Suplicy

Dutra fala em "golpe" e pede mobilização popular

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) leu ontem em plenário nota em que a bancada federal do PT manifesta sua "firme oposição" ao que classifica de "golpe da reeleição" e conclama as "forças democráticas e a sociedade civil a se mobilizarem em defesa das liberdades conquistadas". O documento acrescenta que "a tarefa dos democratas é substituir a agenda do príncipe pela agenda da Nação".

- Fingindo ignorar o resultado das urnas, que revelou um crescimento significativo das oposições, e atendendo à vontade de investidores internacionais, o presidente da República resolve colocar como primeiro ponto da agenda nacional aquilo que parece ser uma obsessão pessoal: sua própria reeleição - diz o documento.



Dutra

Segundo a nota, "esta atitude revela falta de sensibilidade para os dramas vividos pela maioria da população, significa ignorar o desemprego, os juros altos, a quebraadeira geral, fatos do cotidiano que certamente contribuiriam para que setores significativos da sociedade votassem contra os candidatos do Planalto".

- Mais do que isso, o caráter casuístico da proposta de reeleição fica visível quando se considera que os que hoje a apresentam como a panacéia para todos os males foram os mesmos que votaram contra a proposta na revisão constitucional de 1993. Coincidentemente, os mesmos até ontem apresentavam as "reformas" e não a reeleição como a prioridade absoluta para a salvação do Real - acrescenta.

Simon propõe plebiscito para rever Carta

"Tentar reorganizar a vida deste País" e evitar que as constantes modificações tornem a Constituição "um Frankenstein" são objetivos do senador para um Congresso Revisor em 1999

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou ontem proposta de emenda constitucional estabelecendo que, ao votar nas eleições de 3 de outubro de 1998, o brasileiro diga se deseja uma revisão constitucional. Conforme a proposta, a revisão seria realizada a partir de 15 de fevereiro de 1999 e, 120 dias depois de encerrada, o povo deveria ser chamado a um novo plebiscito para referendar ou não as mudanças feitas pelo Congresso Revisor. A iniciativa de Simon também prevê uma reforma partidária, dispondo que perderá o mandato o deputado ou senador que se desfiliar do partido pelo qual se elegeu.

Simon explicou que sua proposta resultou de longo estudo com professores, políticos, juristas e intelectuais, tendo sido assinada pela maioria dos senadores. "É uma proposta que espero que o Senado analise, debata, aperfeiçoe e que, se for o caso, recuse. Mas é uma matéria da maior importância", afirmou. Ele admitiu que o Congresso "queimou" a revisão prevista para 1993, salientando que "ela foi um fracasso total". Disse também que o Legislativo não tem autoridade para transformar-se em Congresso Revisor sem a permissão do povo.

É para dar a mais ampla legitimidade a essa revisão que o senador deseja que o povo também se manifeste sobre o trabalho desse Congresso Revisor 120 dias após o encerramento dos seus trabalhos. "Vamos debater com a sociedade e ela decidirá se o que fizemos foi correto ou não. O referendo pode ser total ou parcial. Alguns itens, como a reforma agrária, poderão ser decididos isoladamente", esclareceu o parlamentar. Após essa revisão, segundo Pedro Simon, o País terá ampla oportunidade de fazer uma reforma partidária,

"podendo cada cidadão procurar o partido que quiser".

Simon disse que sua iniciativa consiste "em tentar reorganizar a vida deste País". Ele critica o fato de que diariamente surgem emendas constitucionais diferentes, sujeitando a Constituição ao risco de tornar-se "um Frankenstein". E frisou que, em sua opinião, este é o momento próprio para essa revisão.

- A gente agora sabe para onde está caminhando. A gente sabe que o neoliberalismo não é necessariamente o sucedâneo do capitalismo. Há uma coisa que se chama solidariedade com a pessoa humana. Sabemos que temos de ter uma legislação moder-



Pedro Simon

na, mas com respeito ao ser humano. Existe aqui até uma segunda chance para o parlamentarismo - acentuou.

Sobre a necessidade da reforma partidária, o parlamentar disse que "o sistema partidário

virou uma anarquia, nunca esteve tão ruim, pois não há coerência, seriedade, identidade entre as pessoas". Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) indagou se, em vez da revisão constitucional, não seria mais sensato alterar a Constituição só em relação ao funcionamento dos partidos, visto que, iniciando-se um processo de revisão, o Legislativo continuaria no mesmo impasse que predomina quando são necessárias mudanças radicais no País. "Tentar-se-ia fazer uma outra Constituição e não se faria nem uma coisa, nem outra", opinou Josaphat Marinho. Bernardo Cabral (PFL-AM) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também apartearam para elogiar a iniciativa de Simon.

Jefferson constata maturidade do eleitor e atitudes "deploráveis" dos políticos

Ao fazer um balanço dos resultados das eleições municipais, Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou ontem que o eleitorado revelou amadurecimento político, por recusar disputas ideológicas e reconhecer que não era o governo FHC que estava em julgamento. Sem ignorar que persistem diferenças entre esquerda e direita, a população avaliou apenas e exclusivamente as qualidades pessoais dos candidatos em termos de competência para tocar a máquina pública municipal, disse.

Já a classe política não demonstrou o mesmo amadurecimento, segundo o senador, pois alguns "próceres" tiveram atitudes deploráveis. Peres referiu-se especificamente ao comportamento do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que "andou muito mal com a falta de educação e o gesto desele-

gante" cometidos contra a candidata do PT, Luiza Erundina.

A seu ver, agiram muito mal também as autoridades federais que, às vésperas da eleição paulista, trouxeram a público investigação envolvendo o candidato Celso Pitta, do PPB. "Foi um gesto desonesto, que poderia desestabilizar a candidatura", afirmou. O fato de ele próprio ser do PSDB não implica o aplauso a "esse tipo de gesto de correligionários", salientou.

Para Jefferson Peres, outro aspecto lamentável das eleições foi o "uso desbragado" da máquina política e o abuso do poder econômico.

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou que pouco se falou nos partidos nesse pleito, como se essas organizações políticas não exis-

tissem. Francelino Pereira (PFL-MG), por sua vez, defendeu que o Fundo Partidário, composto atualmente por R\$ 0,35 por eleitor,

seja aumentado para R\$ 5,00 e o total distribuído proporcionalmente entre os partidos. Edison Lobão (PFL-MA) avaliou que as eleições provaram que o financiamento público é uma necessidade.

Quanto ao episódio envolvendo o Banco Central e Celso Pitta, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ter encaminhado pedido de informações ao ministro da Fazenda para esclarecer o assunto. Bernardo Cabral (PFL-AM) aparteu para concordar que o peso do poder econômico é um problema grave.



Jefferson Peres

Freitas defende apoio de novos prefeitos à educação

Senador pede austeridade e dedicação "às políticas públicas de maior alcance e às áreas prioritárias para o povo"



Júlio Campos

Campos acusa uso eleitoral de recursos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) denunciou ontem, em discurso, que "houve um derrame alarmante de dinheiro" do governo de Mato Grosso às vésperas das eleições municipais do último dia 3. Ele acusou o governador Dante de Oliveira de ter contratado obras sem licitação pouco antes das eleições, usando um decreto do ano passado que considerou estado de calamidade em Mato Grosso por causa de enchentes.

Júlio Campos pediu que o TRE investigue o uso de dinheiro público nas eleições. Ele estranhou que o governador tenha conseguido dinheiro para obras em áreas de seu interesse, enquanto os servidores estaduais continuam com salários atrasados. "É um vexame para Mato Grosso. Lá não tem dinheiro para consertar estradas, comprar merenda escolar ou remédios para hospitais. No entanto, às vésperas das eleições apareceu dinheiro para obras de interesse do governador", afirmou.

Apesar do uso da máquina pública, segundo o senador, o partido de Dante de Oliveira, o PDT, só conseguiu eleger prefeitos em 24 municípios, dos 126 do estado. O PFL, coligado a outros partidos, elegeu 70 prefeitos. Campos informou que o presidente Fernando Henrique estará hoje em Sinop, no norte de Mato Grosso, para inaugurar a segunda fase do projeto que leva energia elétrica a mais de 20 municípios da região.

Ao congratular os prefeitos que acabam de eleger-se em todo o País, o senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem, especialmente aos do Piauí, que se dediquem "às políticas públicas de alcance maior e às áreas prioritárias para o povo, como a social e a de infraestrutura". Sugeriu também que governem com austeridade e eficiência, "segundo os tempos de hoje, dando atenção à educação e começando pela valorização do professor municipal".

- Com os salários nos níveis pagos hoje aos professores municipais é impossível ter-se um ensino público de qualidade. Não se combate sequer o analfabetismo, grande chaga



Freitas Neto

social que afeta o Nordeste - afirmou.

Freitas Neto explicou que, devido à falta de recursos, os professores que hoje trabalham nas escolas municipais, principalmente no Nordeste, recebem vencimentos situados entre os piores do Brasil. Referindo-se ao fundo especial para o ensino básico, criado recentemente por emenda constitu-

cional, ele afirmou que os salários do magistério se beneficiarão de substancial reajuste, podendo a média fixar-se em R\$ 300,00.

Mas, na opinião do senador, a eficácia desse fundo dependerá da correta estruturação dos órgãos municipais de ensino, daí ser necessária a escolha de dirigentes aptos a exercer essa missão, o que resultará "da verdadeira prioridade que os próprios prefeitos devem à educação". Conforme Freitas Neto, a gestão desses órgãos municipais será crucial para que se garantam aos professores e principalmente aos alunos as conquistas asseguradas pela emenda constitucional.

Jucá investiga liberação de verbas

O senador Romero Jucá (PFL-RR) alertou ontem que pretende ir às últimas consequências a fim de saber quem determinou a liberação de recursos ao governo de Roraima às vésperas do pleito de 3 de outubro. Segundo o senador, mesmo estando inadimplente junto a diversos órgãos federais, o governador daquele estado teria obtido empréstimo de R\$ 16 milhões "para a compra de votos" já que, conforme disse, o repasse do dinheiro aconteceu exatamente no dia 30 de setembro, portanto, a três dias das eleições municipais.

Salientando que em Roraima "o governador distribuiu dinheiro de helicóptero", Romero Jucá disse que "o mais grave dessa queima de recursos é que estes, usados para a compra de votos, foram repassados pelo gover-



Romero Jucá

no federal". O senador esclareceu que, "além de ter quatro processos de inadimplências, o governo estadual conseguiu o empréstimo sem autorização do Senado Federal".

- Já estive segunda-feira na Caixa Econômica Federal e a informação é de que teria havido muita pressão por parte do PPB para que o dinheiro fosse liberado antes das eleições - disse o senador, acrescentando que "se há pressão fico ainda mais preocupado porque o governo do presiden-

te Fernando Henrique Cardoso poderia estar refém do PPB e dos malufistas".

Romero Jucá lastimou que os mesmos governantes que não cumprem a lei estejam falando em reeleição, e observou que o problema não é falta de legislação, pois "o que falta é respeito à lei". No dia da eleição, segundo Jucá, "nós tivemos dois Brasís distintos: um do voto eletrônico, e outro onde imperaram a falcatura e a falta de compromisso com o País".

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) também manifestou-se preocupado porque, conforme disse, em Roraima teriam ocorrido tantas irregularidades como em Mato Grosso, seu estado. Júlio Campos anunciou a intenção de levar hoje o problema diretamente ao conhecimento do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Emília, política ficou agora "mais feminina e mais democrática"

Senadora comemora o êxito nas eleições da campanha Mulheres sem Medo do Poder, de iniciativa das parlamentares do Congresso

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacou ontem o resultado da campanha Mulheres sem Medo do Poder, criada pela bancada feminina no Congresso Nacional. Conforme a senadora, os dados levantados até agora mostram que as mulheres obtiveram uma das maiores vitórias na política brasileira.

- Instrumentalizada especialmente através da aprovação da lei da cota de 20%, e da ampla distribuição da cartilha para mulheres candidatas a vereadoras, a campanha promovida a nível nacional incentivou as mulheres e desabrochou um potencial eleitoral e de participação efetiva na vida política do País - disse.

Segundo Emília Fernandes, o grande número de candida-



Emília Fernandes

turas femininas nas últimas eleições evidenciam uma grande disposição das mulheres em ocupar os espaços políticos e de contribuir com "a nossa visão particular para as administrações dos municípios brasileiros".

- Com essas eleições municipais, o Brasil ganhou uma nova face política, mais femi-

nina e democrática, dando um grande passo no sentido da superação definitiva das desigualdades, que dependem da plena democratização dos centros de poder, e inclui necessariamente a participação das mulheres, em todas as suas instâncias - afirmou.

Emília Fernandes também comentou o desempenho do PTB no Rio Grande do Sul, afirmando que o partido obteve ali vitórias importantes, principalmente no interior. Ela disse que durante a campanha em seu estado houve uma grande discussão entre os candidatos e representantes dos setores primários, comerciantes e industriais, visando ao encontro de soluções para os problemas da população gaúcha.



Roberto Requião

Requião é contra reajuste pleiteado por ex-deputados

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) espera que o Supremo Tribunal Federal não concorde com ex-deputados do Paraná ao julgar, hoje, recurso extraordinário do governo do estado para que a correção das pensões e aposentadorias dos ex-parlamentares seja feita pelo índice de aumento do funcionalismo estadual. A Associação dos ex-Parlamentares do Paraná sustenta, no entanto, que suas aposentadorias devem ser reajustadas nos mesmos índices dos aumentos dos atuais deputados.

DISPUTA

A disputa começou quando o Fundo de Pensão de Previdência Parlamentar foi extinto por uma lei estadual, em 1990. Segundo Roberto Requião, "num passe de mágica" o governo do estado passou a sustentar os ex-deputados e seus pensionistas. O presidente da Assembléia baixou um ano depois resolução determinando que a correção monetária das aposentadorias seguisse os mesmos índices do funcionalismo estadual, mas a Associação dos ex-Parlamentares entrou na Justiça pedindo o mesmo percentual dado aos atuais deputados.

Roberto Requião espera que o STF dê ganho de causa ao estado por entender que a reavaliação dos ex-parlamentares "é um absurdo". Informou que, se o estado do Paraná perder a causa, terá que desembolsar US\$ 20 milhões para pagar os ex-deputados. Para o senador, caso isso aconteça, as finanças estaduais, já em crise, serão ainda mais afetadas.

Ademir minimiza divergências entre o PT e o PSB, em Maceió e Natal

Em reunião da Executiva Nacional realizada na tarde de ontem, o PSB avaliou os resultados das eleições e concluiu que as divergências com o PT em Maceió e Natal



Ademir Andrade

"não impedem um entendimento permanente", segundo informou em plenário o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Estiveram presentes na reunião o governador de Pernambuco e presidente do PSB, Miguel Arraes, e Célio de Castro, Wilma Maia, Kátia Born e Serafim Correia, candidatos do partido que disputam, no se-

gundo turno, as prefeituras de Belo Horizonte, Natal, Maceió e Manaus.

Ademir Andrade disse esperar que o PT ganhe onde está disputando, "evidentemente com as divergências em Natal e Maceió",

onde as candidatas do PSB concorrerão com duas petistas. Em Belo Horizonte e Manaus, o PT já declarou seu apoio aos candidatos do PSB no 2º turno.

No balanço feito pelo senador, 157 prefeitos elegeram-se pelo PSB, 81 deles em Pernambuco. O número total deve chegar a 180 com o en-

cerramento das apurações, disse. No Pará, o partido fez seis prefeitos, entre eles o de Itaituba, a quarta cidade do estado, 11 vice-prefeitos e mais de uma centena de vereadores, afirmou. Em Belém, os pessebeistas apóiam Edmilson Rodrigues, do PT, que chegou ao segundo turno com 46% dos votos.

O senador acredita que o crescimento das forças de oposição no seu estado e no País representa um desafio para que prefeitos e governadores situacionistas repensem suas administrações e se aproximem mais do que a população espera do poder público.

Mais rigor contra a violência em casa

É o que propõe a senadora Benedita da Silva, em projeto que determina o aumento de um terço nas penas já estabelecidas em lei quando a vítima for mulher, menor ou pessoa idosa

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou ontem projeto de lei que dispõe sobre os crimes de violência doméstica contra as mulheres. O projeto, apresentado no Dia Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, prevê o aumento de um terço nas penas já determinadas em lei quando a vítima da violência for mulher, menor de idade,



Benedita da Silva

pessoa idosa, enferma ou incapaz. De acordo com a proposta, torna-se crime de violência psicológica intimidar ou perseguir integrante ou ex-integrante da família, ficando o agressor sujeito a penas de três meses a dois anos de detenção.

ção.

- Tolerar a violência doméstica contribui para a desintegração da família, o estímulo à criminalidade e o enfraque-

cimento dos valores de convivência humana - afirmou a senadora.

Segundo Benedita da Silva, no Brasil, as estatísticas mostram um quadro alarmante em relação à violência doméstica. Ela relatou que os números são preocupantes, apesar de precários, porque muitas das vítimas não denunciam a violência sofrida, por vergonha ou por medo de represálias.

A senadora informou, ainda, que dados referentes à violência contra a mulher indicam que a maioria dos casos

de agressão é praticada pelos parceiros das vítimas. Ela afirma que mais de 70% dos crimes violentos são cometidos em casa. As estimativas dão conta de que ocorrem no Brasil cerca de 5 mil estupros por ano, sabendo-se que mais da metade desses crimes são cometidos pelos parceiros, dentro das casas das vítimas.

- Está aí, também, a origem dos casos de incesto e abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil, praticados pelo próprio pai - afirmou Benedita da Silva.

Hollanda aprova combate à exploração do trabalho infantil

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) considerou ontem promissoras as iniciativas do governo federal destinadas a reverter a situação das crianças brasileiras obrigadas a trabalhar. Segundo acredita, o *Plano de Ação Voltado para as Crianças que Trabalham no Brasil*, do Ministério do Trabalho, irá restituir aos menores a cidadania que ora lhes é negada.

Para Joel de Hollanda, "o trabalho precoce degrada a infância, compromete a saúde das crianças, rouba-lhes o direito à escola e, o que é pior, impede-lhes um desenvolvimento afetivo, psicológico e físico harmonioso". O senador trouxe dados comprovando ser de tal forma abrangente a exploração de crianças brasileiras que é difícil encontrar uma mercadoria que não tenha utilizado, ao longo da cadeia produtiva, a mão-de-obra de crianças.

- Diante da gravidade do problema representado pelo

trabalho infantil, era imperativo que o governo federal tomasse providências - afirmou o senador, mostrando que, em 1993, 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos já trabalhavam e outros 4,5 milhões de adolescentes entre quinze e dezessete anos encontravam-se na mesma situação.

Joel de Hollanda disse que o Ministério do Trabalho fez o mapeamento das regiões que utilizam mão-de-obra infantil e identificou os principais tipos de trabalho, os setores da economia e os riscos a que estão expostas as crianças, com vistas a ações futuras. Ao lado disso, conforme o senador, o ministério vem desenvolvendo intenso trabalho de conscientização das instituições, das lideranças locais e da sociedade civil como um todo para a erradicação do trabalho infantil.

- Emergencialmente, têm-se fornecido cestas básicas para

as famílias dessas crianças, assim como têm sido apuradas as denúncias de exploração do trabalho infantil - explicou o senador, lembrando programas estaduais que já oferecem pequena remuneração às famílias que mantêm os filhos nas escolas.

Joel de Hollanda considera salutar que o governo federal tenha tomado providências para reverter o problema. Mas, no seu entender, "precisamos da ação de cada família, de cada empresário para dar fim à exploração dos nossos menores". O senador trouxe como exemplo de ação a ser estimulada a proposta feita pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança de colocar um selo de "empresa amiga da criança" nos produtos que não utilizam mão-de-obra infantil.



Ramez Tebet

Mato Grosso do Sul comemora dezenove anos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou ontem o 19º aniversário de Mato Grosso do Sul, unidade da Federação criada por iniciativa do ex-presidente Ernesto Geisel, que o separou do estado de Mato Grosso. "A idéia deu certo e Mato Grosso do Sul desponta hoje como um estado altamente promissor", disse o parlamentar.

Ele ressaltou, contudo, que seu estado ainda precisa de significativo apoio do poder público para desenvolver suas potencialidades, especialmente nas áreas de turismo e agricultura. Ramez Tebet disse que, com investimentos, Mato Grosso do Sul tem tudo para ajudar o Brasil a integrar-se entre as economias que mais crescem no mundo.



Joel de Hollanda

Brasil e Venezuela cooperam em transportes

Região Norte é beneficiada com o acordo aprovado ontem pela CRE, possibilitando melhores condições de abastecimento e novas alternativas de mercado à produção local

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acolheu ontem projeto de decreto legislativo aprovando o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas celebrado entre o Brasil e a Venezuela, em julho de 1995. A matéria depende ainda de votação em plenário.

Segundo o relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o acordo permitirá que as populações da região Norte se beneficiem de melhores condições de abastecimento e de novas alternativas de mercado, facilitando o escoamento da produção local.

Lúdio Coelho também ressaltou que o acordo pretende aperfeiçoar as formas de combate a atividades ilegais, como o tráfico de armas e de drogas naquela parte do território sul-americano. Além disso, "a medida contribuirá para o tão necessário controle dos fluxos migratórios, constituídos principalmente por indígenas e garimpeiros,

através da área fronteiriça na floresta amazônica comum", disse ele.

A CRE também aprovou, e serão submetidos ao plenário, os seguintes acordos firmados pelo go-



Lúdio Coelho

verno brasileiro: sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, com

a República Dominicana; sobre Cooperação no Setor de Turismo, com a Turquia; de Cooperação com a Namíbia; além de Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação com o governo da Ucrânia.

Odacir Soares vê com otimismo programas sociais do governo

O êxito dos programas de distribuição de leite, de imunização e de apoio e financiamento a projetos de saneamento básico, desenvolvidos pelo Ministério da Saúde em parceria com o programa Comunidade Solidária, foi elogiado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), que destacou o esforço empreendido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro Adib Jatene para diminuir a mortalidade infantil no País.

Segundo o senador, o governo, em 1996, está investindo nesses programas R\$ 1 bilhão para al-



Odacir Soares

cançar a meta de, até 1998, reduzir em 50% a taxa de mortalidade infantil. Ele também ressaltou os dados que indicam a erradicação do sarampo no Brasil em 1997, três anos antes da data recomendada pela Organização Mundial de Saúde.

O governo Fernando Henrique Cardoso e auxiliares do porte de Adib Jatene estão demonstrando,

ao contrário do que muitos pensam, que o maior dividendo nos investimentos de cunho social é a melhoria do bem-estar de todos, o que, em última análise, resulta no salto qualitativo para o pleno desenvolvimento - afirmou o senador.

Odacir Soares se disse satisfeito com a inclusão, no programa de distribuição do leite, dos municípios de Porto Velho, Santa Luzia d'Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Vila Nova de Mamoré, Guajará-Mirim, Vilhena, Seringueiras, Rolim de Moura e Alvorada do Oeste, todos de Rondônia.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM, RAMEZ TEBET, VALMIR CAMPELO, ROMERO JUCÁ, FREITAS NETO E JÚLIO CAMPOS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Cêlio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal